The background features a stylized map of South America and the G20 countries, composed of colorful triangles in shades of blue, purple, yellow, and red. Below the map, there are silhouettes of hands raised in a crowd, rendered in various colors like green, blue, and purple, set against a dark blue background with some foliage.

CADERNO PARA ENTENDER O G20



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS



Instituto
de Relações
Internacionais



PUC
RIO



CADERNO PARA ENTENDER O G20

AUTORAS

ANA GARCIA E MARTA FERNÁNDEZ

ASSISTENTES DE PESQUISA

RAQUEL SANTOS, NADINE NUNES E MIGUEL FERRARI

REALIZAÇÃO

BRICS POLICY CENTER E JUBILEU SUL BRASIL

APOIO

FUNDAÇÃO FORD

CADERNO PARA ENTENDER O G20

ANA GARCIA E MARTA FERNÁNDEZ

CATALOG SHEET:

BPC PAPERS V.11. N. 01 – FEVEREIRO/2024

RIO DE JANEIRO. PUC. BRICS POLICY CENTER

ISSN: 2357-7681

41P ; 29,7 CM

KEY WORDS:

1. G20; 2. SOCIEDADE CIVIL; 3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL; 4. PRESIDÊNCIA BRASILEIRA

O **Caderno para entender o G20** é resultado da parceria do BRICS Policy Center (BPC) com a rede Jubileu Sul. A partir deste Caderno, produzido coletivamente com organizações e redes da sociedade civil, como a ABONG, a Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), entre outras, buscamos facilitar seu percurso no universo complexo do G20 desde sua criação, passando pela ampliação da sua agenda e estrutura até o momento atual, quando o G20 se encontra sob a presidência rotativa do Brasil. Esperamos que esse Caderno seja útil para subsidiar a sociedade civil, a imprensa, acadêmicos, entre outros atores, com informações sobre as dinâmicas do G20. Escrito numa linguagem acessível, seu objetivo é democratizar as informações sobre o processo e gramática do G20. Para entender o G20, buscamos estabelecer um diálogo plural com diversos representantes de redes, organizações da sociedade civil e da academia, convidando-os a partilharem suas impressões sobre as tensões, limites e potencialidades do G20.

SUMÁRIO

G20: de onde vem e como funciona?	5
Qual a relação do G20 com as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs)?	10
O G20 por dentro: como é organizado?	12
Trilha Financeira e Reuniões de Ministros de Finanças e Bancos Centrais	12
Trilha Política ou de Sherpas	13
Qual a diferença entre Grupo de Trabalho e de Engajamento?	14
Grupos de Trabalho do G20	15
Grupos de Engajamento do G20	18
O Brasil assumiu a presidência do G20: e agora?	22
Quem é quem no G20 no Brasil	22
Temas das Forças Tarefa/Grupos de Trabalho dos Grupos de Engajamento	24
Participação social no G20 no Brasil	26
Como organizações da sociedade civil no Brasil veem o G20?	27
Gênero e raça em análises sobre temas que parecem tão distantes? Sim! Porque...	36
Fontes consultadas	38
Entrevistas	41

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico I – Expansão do G7 ao G20	6
Quadro I – Principais agendas <i>antes</i> da crise de 2008	7
Quadro II – Principais agendas <i>depois</i> da crise de 2008	9
Gráfico II – Trilhas do G20	14
Tabela I – Grupo de Trabalho e Grupo de Engajamento	15
Box I – Agenda 2030 da ONU	16
Tabela II – Cruzamento de Temáticas trabalhadas pelos Grupos de Engajamento	24



G20: de onde vem e como funciona?

O Grupo dos 20 (G20) é uma plataforma para a cooperação econômica e política entre vinte importantes economias do mundo. Foi fundado em 1999 como um fórum intergovernamental composto pelos ministros das finanças e chefes de Bancos Centrais de dezenove países e a União Europeia. Ele teve como objetivo responder às crises econômicas que vinham ocorrendo naquele período, como a do México (1994), Tigres Asiáticos (1997) e Rússia (1998).

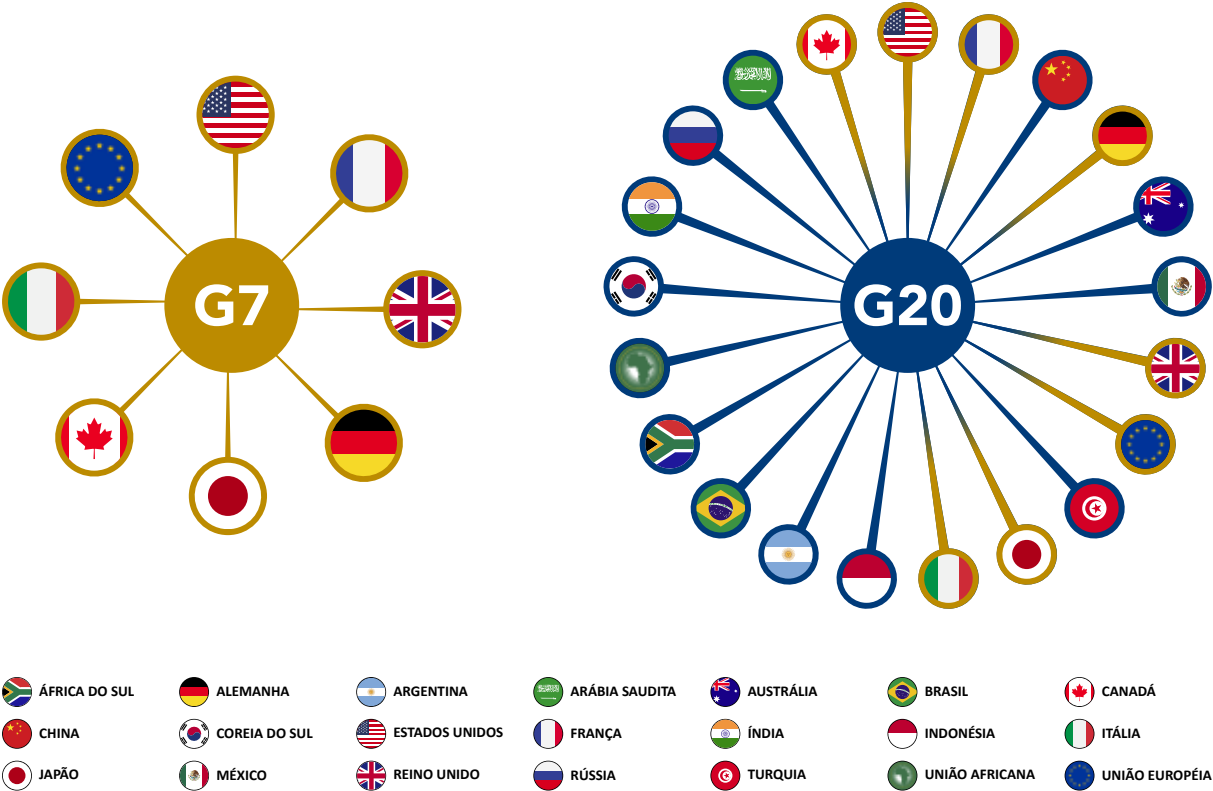
A crise dos Tigres Asiáticos, em 1997, teve início na Tailândia e afetou países como Coreia do Sul e Indonésia, trazendo consequências regionais e mundiais. Isso fez com que o G7, grupo das principais potências ocidentais (Estados Unidos, Canadá, França, Reino Unido, Itália, Japão e Alemanha) criasse um fórum mais abrangente para conter a crise diante da interconexão de todas essas economias. O novo espaço do G20 deveria prevenir crises futuras e formar consensos sobre questões financeiras e econômicas globais comuns a todos os membros.

O G7 também se viu forçado a reconhecer as mudanças da economia mundial. Se, nas décadas de 1970 e 1980, os principais países industrializados resolviam os grandes problemas econômicos globais entre si, nos anos 1990 e 2000, devido ao rápido crescimento das economias emergentes (como China, Índia e Brasil) e a relativa diminuição do peso dos países do G7 na economia global, isso deixou de ser possível.

Assim, o G20 teve como membros fundadores a Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Indonésia, Alemanha, Itália, Japão, México, Rússia, Arábia Saudita, Coreia do Sul, Reino Unido, os Estados Unidos e a União Europeia. Em 2023,

a União Africana (mecanismo de integração regional africana que envolve os 55 países do continente, com sede na Etiópia) foi convidada a integrar o G20. Com esses membros, o G20 representa 85% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, cerca de dois terços da população mundial e mais de 75% do comércio mundial.

Gráfico I – Expansão do G7 ao G20



A primeira Cúpula (Berlim, 1999), composta por ministros de finanças e bancos centrais, tinha como objetivo estabelecer um comprometimento dos membros para cumprir os códigos e padrões definidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, fortalecer os seus sistemas financeiros nacionais e outras questões financeiras. A atenção inicial centrou-se em questões de estabi-

lidade financeira, evoluindo para outros temas de acordo com o contexto socioeconômico e político ao longo dos anos, como é o caso do combate ao financiamento do terrorismo após os ataques do 11 de setembro de 2001.

Quadro I – Principais agendas antes da crise de 2008

- ▶ Prevenção e resolução de crises (1999 - 2004)
- ▶ Desafios da globalização (2000 - 2004)
- ▶ Combate ao financiamento do terrorismo (2001 - 2004)
- ▶ Vigilância e políticas domésticas (2000 - 2007)
- ▶ Reformas das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial, 2005 - 2007)

A partir da quebra do banco norte-americano Lehman Brothers, em 2008, surge a maior e mais recente crise financeira internacional, ocasionando a falência de outras Instituições Financeiras Internacionais (IFI) em efeito dominó. É neste momento que o G20 se torna o principal espaço de coordenação econômica internacional, passando a incluir, também, os chefes de Estado dos vinte membros, o que lhe garante maior relevância política.

Vale notar que o Brasil tinha a presidência rotativa do G20 financeiro em 2008, quando o fórum de líderes foi criado. A então gestão do presidente Lula teve papel importante na articulação política que resultou na elevação do G20 a um espaço multilateral de chefes de Estado, e não apenas de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais.

No contexto da crise de 2008, as três primeiras Cúpulas do G20 – Washington (EUA), em 2008; Londres (GB), em 2009; e Pittsburgh (EUA), em 2009 – focaram principalmente na contenção à propagação da crise. Muitos acreditavam que o fracasso em encontrar uma solução para a crise traria consequências econômicas desastrosas para o mundo.

Nessas três cúpulas no contexto da crise, os textos foram críticos à permissividade e aos excessos dos movimentos financeiros em provocar a crise. A crítica contundente à desregulação financeira esteve presente nos primeiros comunicados do G20 (com referências à crise de 1929 e a defesa de medidas contracíclicas), assim como a defesa de uma nova regulação, o que embasou as primeiras medidas e resoluções. Entretanto, uma inflexão começa a partir de Toronto (2009) e Seul (2010).

Entre 2008 e 2010, o G20 tomou as seguintes resoluções:

- ▶ O aumento do controle sobre fundos de cobertura e agências de classificação de risco de crédito;
- ▶ A criação do Comitê de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Board*, FSB), que tem como missão promover a estabilidade financeira internacional;
- ▶ A criação do “Marco para um Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado” – *Framework for Strong, Sustainable and Balanced Growth* (FSSBG), onde os membros se comprometem a trabalhar em conjunto para avaliar suas políticas nacionais sobre o crescimento global e o desenvolvimento e identificar os riscos potenciais;
- ▶ A criação do “Processo Consultivo de Avaliação Mútua” – *Mutual Assessment Process* (MAP), junto ao FMI.

☀ Com a relativa estabilização da economia internacional após 2008, o G20 passou a se apresentar como um mecanismo voltado para a gestão e monitoramento da ordem econômica internacional de maneira mais ampla. Ele passou a incluir, na sua agenda, novos temas, para além dos financeiros, nas áreas de saúde, meio ambiente, segurança alimentar, mudanças climáticas, entre outros.

Quadro II – Principais agendas *depois* da crise de 2008

- ▶ Entre 2010 e 2013, temas que não estavam presentes em seu período formativo começam a aparecer na agenda do G20. Por exemplo: desenvolvimento internacional, investimento em infraestrutura e meio ambiente.
- ▶ De 2011 a 2014, surgiram, nas declarações de Cúpula, preocupações e resoluções conjuntas sobre segurança alimentar, crescimento verde, mudanças climáticas, corrupção e infraestrutura.
- ▶ De 2015 a 2020, as questões da igualdade de gênero, migração e terrorismo foram acrescentadas às resoluções.
- ▶ De 2020 até o presente, a saúde global ganhou destaque durante os anos de pandemia, juntamente com a economia digital, a transformação tecnológica, o futuro do emprego e o turismo.

☀ **E como o G20 funciona hoje?** O G20 não é uma organização internacional formal, com sede e estatuto (como é o caso da ONU, do FMI e do Banco Mundial). Ele é um mecanismo de diálogo informal, sem um secretariado, uma carta ou votos vinculantes para ditar as regras da organização.

Assim, sua presidência rotativa é fundamental, pois é quem dará o teor da agenda em cada ano. As presidências do G20 estabelecem uma “Troika” (grupo de 3 países), composta pelo presidente do ano anterior, o presidente atual e o presidente do ano seguinte. Por exemplo, em 2024, a Troika do G20 é composta pela Índia (2023), Brasil (2024) e pela África do Sul (2025), respectivamente. Esses três países cooperam entre si e têm como responsabilidade definir a agenda da Cúpula de cada ano, dando continuidade ou alterando temas e/ou estruturas organizativas e logísticas da sua presidência.

O produto principal do G20 é a declaração final de cada cúpula com recomendações. As formulações das declarações e das recomendações são expressão daquilo que foi consensuado entre todos os membros do G20 nas agendas e temas de cada ano. Ou seja, todas as decisões são tomadas por consenso.



Qual a relação do G20 com as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs)?

As Instituições Financeiras Internacionais de Bretton Woods são aquelas criadas pelo acordo selado na Conferência de Bretton Woods (EUA) em 1944, que instituiu a ordem econômica internacional do pós-Segunda Guerra Mundial. Foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), hoje Banco Mundial, além do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, em inglês), hoje Organização Mundial do Comércio (OMC).

Desde a sua fundação, o G20 atua em parcerias com o FMI, o Banco Mundial, o Banco de Compensações Internacionais (BIS), assim como com os Comitês Monetário e Financeiro Internacional e de Desenvolvimento. Essas organizações são representadas por meio de representantes que participam de reuniões, produzem documentos e promovem debates e soluções. Desta forma, o G20 se integra ao e coopera com o sistema financeiro internacional de Bretton Woods.

A reforma das instituições de Bretton Woods é um dos assuntos mais discutidos dentro do G20. Os países em desenvolvimento demandam o aumento da sua representação e a participação ativa na tomada de decisões.

- ✿ Na parceria entre o G20 e o FMI, foi criado o Processo Consultivo de Avaliação Mútua – *Mutual Assessment Process (MAP)*, – um processo multilateral através do qual os países do G20 identificam objetivos para a

economia mundial, políticas necessárias e medidas para alcançá-los. Os países-membros se comprometem a trabalhar juntos em temas como: colocação das finanças públicas em trajetória sustentável, implementação de reformas estruturais para impulsionar a demanda global, reforço da capacidade das instituições financeiras internacionais no apoio ao desenvolvimento para a economia global, entre outros.

As organizações convidadas para as reuniões do G20 são: FMI e seus comitês ministeriais, Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC, em inglês), Comitê de Desenvolvimento, Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comitê de Estabilidade Financeira (FSB, em inglês) do Banco de Compensações Internacionais, Organização Internacional do Trabalho (OIT ou ILO, em inglês), as Nações Unidas e a Organização Mundial de Comércio (OMC ou WTO, em inglês).

O Comitê de Estabilidade Financeira (FSB, em inglês), criado pelo G20 durante a crise econômica de 2008, se tornou um importante parceiro na tarefa de supervisionar e agilizar a reforma do mercado financeiro. Sua tarefa é coordenar o trabalho de autoridades financeiras nacionais e de organismos internacionais com objetivo de desenvolver e promover a adoção de políticas de regulação, supervisão e outras políticas do setor financeiro.



O G20 por dentro: como é organizado?

O G20 opera por meio de duas “trilhas”: a Trilha de Sherpas e a Trilha de Finanças. A Trilha de Sherpas é organizada pelos Ministérios de Relações Exteriores dos países do G20 e é chefiada por emissários pessoais dos líderes do G20. Já a Trilha de Finanças é onde os ministros de finanças e presidentes dos Bancos Centrais se encontram em reuniões para discutir os temas da área.

Trilha Financeira e Reuniões de Ministros de Finanças e Bancos Centrais

A Trilha Financeira é o “núcleo original” do G20, já que ele nasce para ampliar a coordenação e cooperação financeira em contextos de crise. Ela discute os assuntos econômicos e financeiros e é formada por Ministros de Finanças e presidentes dos Bancos Centrais dos países membros. A agenda é coordenada com as do Banco de Compensações Internacionais (BIS) e seu Conselho de Estabilidade Financeira (FSB).

O BIS atua como “banco dos bancos centrais” desde 1930 para manter a estabilidade monetária e financeira global. O Banco Central do Brasil (BCB) é acionista desde 1997. Já o FSB é parte do BIS e coordena autoridades financeiras para supervisionar e desenvolver políticas regulatórias. O Brasil é membro do FSB desde 2009 e o BCB contribui ativamente em diversas iniciativas, desde estudos até o monitoramento da eficácia das políticas que visam reduzir vulnerabilidades nos sistemas financeiros em colaboração com instituições financeiras internacionais.

- Atualmente, a Trilha Financeira é composta por seis Grupos Técnicos, uma Força-tarefa e uma iniciativa sobre Tributação Internacional. Os grupos são: Assuntos do Setor Financeiro; Arquitetura Financeira Internacional; Economia Global; Finanças Sustentáveis; Inclusão Financeira; Infraestrutura. Já a Força-tarefa Conjunta de Finanças e Saúde foi concebida em 2021, no ápice da pandemia de Covid-19. Foi desenvolvida como um fórum para aperfeiçoar o diálogo e a cooperação global em Prevenção, Preparação e Resposta (PPR) a pandemias.

Trilha Política ou de Sherpas

A Trilha de Sherpas, criada a partir da crise de 2008, é liderada por diplomatas seniores e/ou altos funcionários dos governos dos países do grupo. Os Sherpas na diplomacia são aqueles que realizam negociações e articulações para as Cúpulas de chefes de Estado. Essa trilha é responsável por debater acordos e decisões em preparação para as Cúpulas do G20, abordando uma variedade de temas.



Os “sherpas” são guias experientes originários do Nepal, notáveis por liderar expedições nas áreas montanhosas do Himalaia, desempenhando um papel vital para o sucesso das jornadas.

- Atualmente, a Trilha de Sherpas se organiza em quinze Grupos de Trabalho. São eles: anticorrupção; comércio e investimentos; cultura; desenvolvimento; economia digital; educação; trabalho; transições energéticas; turismo; empoderamento de mulheres; pesquisa e inovação; redução do risco de desastres; saúde; agricultura; sustentabilidade climática e ambiental. Tais grupos contam com uma coordenação interministerial, por exemplo, o GT anticorrupção é coordenado pela Controladoria-Geral da União, GT Turismo é coordenado pelo Ministério do Turismo, o GT Cultura, pelo Ministério da Cultura, o GT Mulheres, pelo Ministério das Mulheres, e assim por diante.

Além disso, a Trilha tem duas Forças-tarefa - Mobilização Global contra a Mudança do Clima (coordenada pelo Ministério de Relações Exteriores e compartilhada com a Trilha Financeira) e a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza (coordenada pelo MRE e o Ministério de Desenvolvimento, Assistência Social, Família e

Combate à Fome) – e a Iniciativa de Bioeconomia, que se concentra em três eixos temáticos: ciência, tecnologia e inovação; o uso sustentável da biodiversidade; e o papel da bioeconomia no desenvolvimento sustentável.

Gráfico II – Trilhas do G20



Qual a diferença entre Grupo de Trabalho e de Engajamento?

Enquanto os Grupos de Trabalho são compostos por atores governamentais e focam em questões técnicas específicas, os Grupos de Engajamento envolvem diferentes atores da sociedade para promover uma discussão mais ampla e diversificada.

Tabela I – Grupo de Trabalho e Grupo de Engajamento

G20	Grupo de Trabalho (GT)	Grupo de Engajamento
<p>Função</p>	<p>O termo Grupo de Trabalho no contexto do G20 refere-se a comitês ou equipes específicas criadas para tratar de questões particulares dentro da agenda global do G20. Esses GTs são formados por representantes dos países-membros e podem abordar uma variedade de tópicos, como comércio, finanças, desenvolvimento sustentável, entre outros.</p> <p>Esses grupos desempenham um papel crucial no processo de formulação de políticas e na elaboração de recomendações que são posteriormente apresentadas aos líderes dos países do G20 para deliberação.</p>	<p>Os Grupos de Engajamento no contexto do G20 se referem a fóruns ou organizações que representam diferentes setores da sociedade civil, empresas e outros grupos de interesse, que contribuem para o diálogo e a troca de informações.</p> <p>Os Grupos de Engajamento desempenham um papel fundamental ao fornecer perspectivas e recomendações diversificadas durante o processo de formulação de políticas.</p> <p>Eles funcionam de forma relativamente independente dos governos, costumam ser liderados por organizações do país anfitrião e incluem participantes de cada membro do G20.</p>

Grupos de Trabalho do G20

Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento (DWG)

O *Development Working Group* (DWG), ou Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento, foi estabelecido para a implementação da Agenda 2030 da ONU, focado em reduzir as disparidades entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Criado durante a Cúpula de Toronto, em 2010, o DWG adotou o Plano de

Ação Multianual para o Desenvolvimento e o Consenso de Desenvolvimento de Seul, estabelecendo 6 princípios-chave para fundamentar sua ação: crescimento econômico, promoção de parcerias globais de desenvolvimento, abordagem de questões sistêmicas globais ou regionais, incentivo à participação do setor privado, busca por complementaridade de abordagens e orientação para resultados tangíveis. O DWG também desempenha um papel de coordenação das ações do G20 com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Box I – Agenda 2030 da ONU

A Agenda 2030, estabelecida em 2015 pela Nações Unidas para enfrentar desafios globais, é um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que orientam a ação global. Cada ODS aborda áreas cruciais, desde saúde e educação até energia sustentável e paz. A agenda abrange todos os países, reconhecendo que o desenvolvimento sustentável é uma responsabilidade compartilhada. Assim, cada nação adapta os ODS de acordo com suas necessidades e realidades. A Agenda 2030 representa um compromisso duradouro para moldar um futuro mais sustentável. No entanto, sua implementação exige persistência e cooperação além do ano de 2030 para manter os ganhos alcançados e assegurar um impacto duradouro.

Grupo de Trabalho Anticorrupção (ACWG)

O *Anti-Corruption Working Group* (ACWG), ou Grupo de Trabalho Anticorrupção, foi criado em 2010 para combater os efeitos da corrupção e seu impacto prejudicial nos mercados, na competição justa, na alocação de recursos e na confiança pública. Seu principal objetivo é fornecer recomendações abrangentes aos líderes do G20 sobre como contribuir de maneira prática para os esforços internacionais contra a corrupção.

O ACWG coordena ações coletivas e nacionais dos membros do G20, trabalhando em estreita colaboração com organizações como Banco Mundial, OCDE, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), FMI e o Grupo de Ação Financeira Internacional (FATF), além de parcerias com os Grupos de Engajamento do setor privado (B20) e da sociedade civil (C20).

O ACWG conta com a Iniciativa de Recuperação de Ativos Roubados (StAR) para orientar ações relacionadas à recuperação de ativos, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, transparência e divulgação de beneficiários. A StAR lidera a delegação do Banco Mundial no ACWG. Nesse sentido, sua missão é identificar, rastrear e recuperar ativos ilícitos, enquanto trabalha para promover transparência e prevenir práticas financeiras irregulares em escala global.

Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimento (TIWG)

O *Trade and Investment Working Group* (TIWG), ou Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimento, busca fortalecer os mecanismos de comércio e investimento dos Estados-membros. O TIWG tem como objetivos a coordenação de políticas de investimento, apoio às negociações multilaterais e constituição de cadeias globais de valor inclusivas. A presidência brasileira do G20 destaca a importância do comércio e investimentos internacionais para alcançar objetivos comuns, promover o desenvolvimento e garantir progresso econômico e inclusão social.

As prioridades do TIWG incluem a integração entre comércio e sustentabilidade, desenvolvimento sustentável em acordos de investimento, equidade de gênero no comércio internacional e a reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC) para fortalecer o sistema multilateral de comércio.

Grupo de Trabalho sobre Transição Energética e Sustentabilidade Climática (ETWG & CSWG)

O *Energy Transition and Climate Sustainability Working Groups*, ou Grupo de Trabalho sobre Transição Energética e Sustentabilidade Climática se dedica a enfrentar os desafios relacionados à evolução do setor energético e à promoção

da sustentabilidade climática. Seus objetivos abrangem a promoção de matrizes energéticas limpas e sustentáveis, a atenuação dos impactos das mudanças climáticas e o estímulo à cooperação global nessas áreas.

Este Grupo de Trabalho promove discussões e desenvolve iniciativas estratégicas para impulsionar a transição para fontes de energia renovável, aprimorar a eficiência energética e fomentar práticas alinhadas à resiliência climática. As atividades incluem a formulação de políticas e ações concretas para lidar com a redução de emissões de carbono, promoção de inovações tecnológicas sustentáveis e estímulo ao desenvolvimento de infraestrutura verde. A colaboração entre os países-membros do G20 é central para a consecução desses objetivos, visando contribuir para um panorama global de energia que seja sustentável e ecologicamente responsável.

Grupos de Engajamento do G20

B20 (Business 20)

O B20 é um Grupo de Engajamento de negócios do G20. Estabelecido em 2010, o B20 é baseado em Grupos de Trabalho e Conselhos de Ação incumbidos de temáticas-chave que orientam suas prioridades. Tais grupos são compostos por cerca de 1.000 empresários dos países do G20, além de convidados de países selecionados e organizações internacionais.

Sua missão é servir como uma plataforma para a comunidade empresarial construir consenso e estabelecer prioridades em políticas para enfrentar desafios econômicos globais. O B20 tem como objetivo representar os interesses da comunidade empresarial em relação ao G20, promover o diálogo entre os setores público e privado e fornecer recomendações de políticas impactantes e diferenciadas.

C20 (Civil 20)

O C20, criado em 2013, é um Grupo de Engajamento da sociedade civil do G20. Seu propósito abrange a proteção do meio ambiente, o impulso ao desenvolvimento social e econômico, além da defesa dos direitos humanos.

Operando sob o princípio da justiça econômica, o C20 se estrutura atualmente em dez grupos de trabalho, sendo eles: Economias Justas, Inclusivas e Anti-Racistas; Sistemas Alimentares, Fome e Pobreza; Ambiente, Justiça Climática e Transição Energética Justa; Comunidades Sustentáveis e Resilientes e Redução do Risco de Catástrofes; Saúde Integrada para Todos; Educação e Cultura; Digitalização e Tecnologia; Direitos da Mulher e Igualdade de Gênero; Filantropia e Desenvolvimento Sustentável; e Governança Democrática, Espaço Cívico, Anti-Corrupção e Acesso à Justiça.

L20 (Labour 20)

O L20 é um Grupo de Engajamento de sindicatos e trabalhadores do G20. Criado como resposta à crise financeira de 2008, o L20 reúne sindicatos dos países do G20 e também confederações sindicais globais (*Global Unions*). Sua missão é transmitir as demandas sindicais durante as Cúpulas do G20, mantendo um diálogo ativo com Grupos de Trabalho, Sherpas e Ministros do Trabalho e Finanças.

Suas prioridades estratégicas incluem: a promoção da geração de empregos de qualidade, com ênfase em setores como infraestrutura e cuidados; aumento de oportunidades para jovens; garantia da participação efetiva das mulheres; formalização do trabalho; estímulo ao crescimento sustentável; e a busca por justiça tributária. O L20 desempenha um papel na defesa de políticas globais que impactam positivamente os trabalhadores, visando contribuir para a construção de um mundo mais equitativo e justo.

T20 (Think 20)

O T20, criado durante a presidência mexicana em 2012, é um Grupo de Engajamento de think tanks e centros de pesquisas do G20. Suas principais atividades são a organização de conferências, eventos paralelos, policy briefs e elaboração de recomendações aos governos.

O T20 busca envolver um grande número de think tanks nacionais e estrangeiros, visando impactar positivamente as trilhas de Finanças e Sherpa do G20. Além disso, busca fortalecer laços com outros Grupos de Engajamento para que as recomendações políticas geradas nas discussões do T20 reflitam uma compreensão abrangente das questões em jogo e gozem de maior apoio e legitimidade.

U20 (Urban 20)

O U20 é o Grupo de Engajamento das cidades do G20. Ele promove debates e articulações políticas sobre economia, clima e desenvolvimento urbano. Convocado pelo Grupo C40 e pelas Cidades e Governos Locais Unidos, o U20 visa ampliar o destaque de questões urbanas na cooperação internacional e fornecer um fórum para que as cidades elaborem uma mensagem coletiva para as negociações do G20. O grupo foi lançado em 2017 e estabelecido em 2018, com a co-presidência de Buenos Aires e Paris. O U20 realiza encontros de prefeitos ao longo do ano, destacando-se como um fórum relevante na agenda global.

Y20 (Youth 20)

O Y20 reúne jovens líderes dos países do G20, desenvolvendo suas habilidades e redes, e identificando os desafios e oportunidades econômicas mais urgentes para a juventude. Este fórum busca cooperar com a geração futura, proporcionando uma plataforma para que os jovens tenham suas vozes ouvidas sobre questões relevantes para a agenda do G20.

W20 (Women 20)

O W20 é o Grupo de Engajamento que destaca a importância da igualdade de gênero na economia. Foi lançado pelo G20 em 2015 para sinalizar seu compromisso em fortalecer a igualdade de gênero em suas discussões e concentra-se em garantir que políticas e programas em diversos setores sejam construídos de maneira inclusiva. O W20 busca influenciar os líderes do G20 para reconhecer e reduzir as desigualdades de gênero, promovendo mudanças em áreas como o acesso aos direitos trabalhistas e investimentos em infraestrutura social. Assim, o W20 é uma voz dedicada a impulsionar a inclusão e os direitos das mulheres nas discussões econômicas globais.

Além dos Grupos de Engajamento acima descritos, há ainda **S20** (Science 20, referente a entidades científicas), o **Startup20** (grupo de empresas startup), **P20** (Parliament 20, grupo de engajamento de parlamentares), **SAI20** (Supreme Audit Institutions 20, grupo das Instituições Superiores de Controle), **J20** (Justice 20, grupo de Cortes Supremas e Constitucionais) e o **O20** (Ocean 20, que envolve diferentes grupos de interesse em torno da economia dos oceanos).



O Brasil assumiu a presidência do G20: e agora?

O Brasil assumiu pela primeira vez a presidência do G20 sob o lema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta sustentável”. A presidência brasileira será de dezembro de 2023 a dezembro de 2024, quando passará a presidência para a África do Sul. A Cúpula do G20 ocorrerá no Rio de Janeiro nos dias 18 e 19 de novembro de 2024.

A presidência do Brasil estabeleceu como prioridades:

- ▶ Promoção da inclusão social, combate às desigualdades e à fome;
- ▶ Combate às mudanças climáticas, promoção da transição energética e do desenvolvimento sustentável nas três dimensões-chave (social, econômica e ambiental); e
- ▶ Reforma das instituições da governança global.

Quem é quem no G20 no Brasil

No dia 13 de junho de 2023, o presidente Lula editou o Decreto nº 11.561, que cria a Comissão Nacional para a Coordenação da Presidência Brasileira do G20. Esta comissão possui 39 órgãos da Administração Federal, sendo os principais responsáveis pela coordenação o Ministério das Relações Exteriores (MRE/Itamaraty) e o Ministério da Fazenda. Respectivamente, estes órgãos cuidam das trilhas Sherpa e Financeira.

Trilha Sherpa: Itamaraty

O secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores (MRE), embaixador Mauricio Carvalho Lyrio, coordena a Trilha Sherpa do G20.

Trilha Financeira: Ministério da Fazenda

A Trilha Financeira é coordenada pela Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais (SAIN), dentro do Ministério da Fazenda, sob o comando da embaixadora Tatiana Rosito.

Grupos de Engajamento:

B20: Confederação Nacional da Indústria (CNI)

C20: Associação Brasileira de ONGs (ABONG) e ONG Gestos

T20: Comitê formado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e a Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG)

U20: Prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo

L20: Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Y20: Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)

W20: Rede Mulher Empreendedora

S20: Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Startup20: Associação Brasileira de Startups (ABStartups)

P20: Câmara dos Deputados e Câmara dos Senadores

SAI20: Tribunal de Contas da União (TCU)

J20: Supremo Tribunal Federal (STF)

Temas das Forças Tarefa/Grupos de Trabalho dos Grupos de Engajamento

Nos últimos anos, as macro-temáticas que mais têm atravessado os diferentes Grupos de Engajamento são “Meio Ambiente e Transição Energética”, “Redução das Desigualdades” e “Governança Global”. Além disso, temas como “Tecnologia e Transformação Digital”, “Investimento e Financiamento”, “Educação e Trabalho” e “Equidade de Gênero” também têm destaque. Veja o entrelace de temas no gráfico abaixo:

Tabela II – Cruzamento de Temáticas trabalhadas pelos Grupos de Engajamento		
Tema	GT / FT	GE
Educação e Trabalho	Mudando o mundo do trabalho: novas oportunidades de emprego nos países do G20	L20
	Emprego e educação	B20
	Educação e Cultura	C20
	Trabalho	W20
Equidade de Gênero	Mulheres e o futuro do trabalho	L20
	Mulheres, diversidade e inclusão nos negócios	B20
	Direitos da Mulher e Igualdade de Gênero	C20
	Empreendedorismo Feminino	W20
Governança Global	Governança Democrática, Espaço Cívico, Anti-Corrupção e Acesso à Justiça	C20
	Ação climática sustentável e transições energéticas inclusivas e justas	T20
	Transformação digital inclusiva	
	Reforçar o multilateralismo e a governança mundial	

Tabela II – Cruzamento de Temáticas trabalhadas pelos Grupos de Engajamento

Tema	GT / FT	GE
Investimento e Financiamento	Comércio e investimento	B20
	Finanças e Infraestrutura	
	Reformar a arquitetura financeira internacional	T20
Meio Ambiente e Transição Energética	Sistemas alimentares sustentáveis e agricultura	B20
	Transição Energética e Clima	
	Luta contra as desigualdades, a pobreza e a fome	T20
	Ambiente, Justiça Climática e Transição Energética Justa	C20
	Comunidades Sustentáveis e Resilientes e Redução do Risco de Catástrofes	
	Filantropia e Desenvolvimento Sustentável	
Redução das Desigualdades	Segurança Social Universal	L20
	Migração Internacional: Portabilidade dos Fundos da Segurança Social	
	Economias Justas, Inclusivas e Anti-Racistas	C20
	Sistemas Alimentares, Fome e Pobreza	
	Saúde Integrada para Todos	
	Mulheres Rurais, Liderança Feminina	W20
	Inclusão Digital de Gênero	T20
Tecnologia e Transformação Digital	Transformação Digital	B20
	Digitalização e Tecnologia	C20
	Comércio e investimento para um crescimento sustentável e inclusivo	T20

Participação social no G20 no Brasil

A presidência brasileira no G20 tem buscado estimular o engajamento social mediante um novo espaço denominado “G20 Social”. Esta iniciativa engloba atividades de todos os Grupos de Engajamento e atores não-governamentais. O objetivo é que estes grupos participem e contribuam na formulação das políticas do G20. De acordo com o governo brasileiro, cerca de 30 reuniões estão previstas para o G20 Social, além de outras atividades, culminando na Cúpula Social, que antecede imediatamente a Cúpula de Líderes do G20 em novembro de 2024, ambas no Rio de Janeiro.

Por sua vez, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais no Brasil realizam, historicamente, sua incidência política e social de maneira independente e autônoma, mas também por meio de reuniões e diálogos com governos. Uma forma de incidência política é a organização da “Cúpula dos Povos”. Por exemplo, em 2012, foi realizada no Rio de Janeiro, nas margens da Conferência das Nações Unidas para o Clima (ou Rio+20), uma Cúpula dos Povos no Aterro do Flamengo com oficinas, espaços de convergência e protestos com a participação de mais de 100 mil pessoas.

No âmbito do G20, houve mobilizações de rua nas Cúpulas de Toronto (2009), Hamburgo (2017) e Buenos Aires (2018). A Cúpula dos Povos ocorreu como “contra-cúpula” na França (2011), Rússia (2013), Austrália (2014) e Argentina (2018). Nesta última, o lema foi “Não ao G20, fora FMI!”, e sua programação foi composta por atividades ligadas a temas como feminismo, violência do Estado e políticas para infância e juventude.



Como organizações da sociedade civil no Brasil veem o G20?

Nesta seção, trazemos diferentes visões de organizações e redes da sociedade civil – como a ABONG, a Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP), rede Jubileu Sul Brasil, Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), entre outras – sobre o G20 e como elas têm se organizado para atuar dentro e fora dos espaços oficiais do grupo.

Essas organizações e redes têm diferentes posições sobre o G20. Algumas lançam um olhar crítico e compreendem que as políticas financeiras orquestradas pelo grupo vão na contramão da promoção da democracia, dos direitos humanos e do próprio multilateralismo representado pelas Nações Unidas (ONU). Outras veem como positivas as mudanças que vêm ocorrendo no G20 nos últimos anos, como a expansão de temas e agendas, e a abertura de espaços de participação para atores sociais.

Entre incidência e resistência, quais são as visões sobre o G20?

Adhemar Mineiro, assessor da REBRIP, afirma que o G20 é um espaço de poucos que, por mais que tenha ampliado seu escopo de temáticas, não pode substituir a ONU, cuja participação é aberta para todos os membros do sistema internacional gozando, portanto, de maior legitimidade. O caráter informal do G20 acaba facilitando articulações bilaterais entre os países em detrimento das articulações multilaterais mais inclusivas que têm lugar na ONU.

“ A REBRIP acompanha o G20 desde o começo com uma visão muito crítica. Esta visão dizia respeito ao G20 tentar, de certa forma, substituir de maneira menos democrática as Nações Unidas. A partir da reunião de Toronto, em 2010, a REBRIP passa a acompanhar diretamente as reuniões do G20, fazendo uma coalizão de entidades mais ou menos críticas em relação ao G20. É desde esse momento que a REBRIP acompanha mais de perto o grupo – das duas reuniões de 2010, Toronto e Seul.

Adhemar Mineiro, Assessor da REBRIP

“ O que é sempre impactante do G20 é que a Cúpula dos Chefe de Estado sempre é realizada num lugar de difícil acesso para evitar a participação da sociedade civil e seus protestos– ou com muita polícia, Mas a sociedade civil, de uma certa forma, tem conseguido manter esse debate do tensionamento mais vivo.

Nathalie Beghin, membro do colegiado de gestão do INESC

“ O G20 é essa estrutura que sai do sistema financeiro e, numa crise, assume um papel que vai além. Em 2008 e 2009, o G20 acaba crescendo, e esse G20 dos líderes tenta, de certa forma, operar uma certa governabilidade que tem restrições de operações no nível das Nações Unidas (...) os países se movem com seus sistemas de alianças e utilizam o sistema bilateral mais direto.

Adhemar Mineiro, Assessor da REBRIP

“ O G20 é um espaço da agenda econômica do andar de cima da economia global. Um lugar onde os setores concentradores de riqueza e renda definem políticas que aprofundam ainda mais as privatizações, o saque que recursos naturais, a diminuição do Estado no seu caráter de provedor de políticas públicas para ser um escritório garantidor do rentismo que alimenta o capital financeiro global.

Sandra Quintela, rede Jubileu Sul Brasil

Para o diretor da ABONG, Henrique Frota, a resistência por parte das organizações sociais – já iniciada com a Conferência das Nações Unidas de 1992, no Rio de Janeiro, – floresceu junto com o G20 e se tornou mais expressiva à medida que a atuação do grupo foi expandindo. Com o tempo, o “clube dos países ricos” – como ficou conhecido o G20, à época, pela sociedade civil – foi incorporando diálogos com diferentes setores em suas declarações através dos Grupos de Engajamento. Sandra Quintela, coordenadora da rede Jubileu Sul, lembra que o Fórum Social Mundial e a ideia de que “um outro mundo é possível” nasce das mobilizações das ruas, e a sociedade civil não pode prescindir de ocupar as ruas, mesmo que ocupe os espaços internos do G20.

“ O G20 foi criado na década de 1990 (...) nesse momento, foi um grupo mais ampliado que o G7. Esse clube dos países ricos sempre esteve na contramão da nossa agenda de Direitos Humanos. [A posição da ABONG] era uma posição muito crítica à época, não era colaborativo com o G20, era de contestação, de questionamento e não existia nenhuma estrutura formal de participação.

Henrique Frota, Diretor da ABONG

“ O histórico do campo da ABONG e grupos de defesa de direitos no Brasil é que esses grupos surgem contra estas instituições por natureza. O maior marco é o Fórum Social Mundial, que era um evento praticamente contra o G7 e G20, contra a lógica dos países mais ricos montarem um clubinho e se juntarem para resolver os problemas do mundo. Por escolha política, fazia sentido fazer essa discussão, especialmente nos anos 1990 e 2000.

Pedro Bocca, Assessor de Incidência Internacional da ABONG

“ A contestação da sociedade civil nesse espaços é uma constante desde os protestos em novembro de 1999, quando da realização da terceira conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) nas ruas de Seattle, nos Estados Unidos. Ali houve um grande levante que foi a base para a construção dos Fóruns Sociais Mundiais a partir

de 2001. A ideia de ir além dos protestos e construirmos um “Outro Mundo Possível”. Hoje é tudo mais complexo e a confusão é geral. Participar de dentro? Participar de fora? Participar de dentro e fora? Nós continuamos achando fundamental as ruas. Estar nas ruas durante esse eventos para desmascarar a agenda do capitalismo global.

Sandra Quintela, rede Jubileu Sul Brasil

“ A ABONG efetivamente passa a se engajar com o G20 nos últimos 2 anos (...), mas algumas de nossas associadas, como a Gestos, já acumulam muita experiência. No ano passado, a ABONG fez parte do comitê internacional. Foi uma participação mais formal, na Índia. A virada de chave foi que o G20 também foi mudando. Ele passa de um clube para ir se estruturando de maneira maior. Foi crescendo também uma participação e percepção das organizações de que este grupo ia tendo uma nova funcionalidade.

Henrique Frota, Diretor da ABONG



Marcando posição: há espaço autônomo para as lutas sociais?

Apesar das limitações, o C20 (Civil20) passa a ser visto por algumas organizações, como a ABONG – que hoje preside o C20 junto com a ONG Gestos – como um espaço diplomático de participação direta. É um espaço diferente da Cúpula dos Povos, já que possui cronograma, estrutura e diálogo com as trilhas do G20 na tentativa de influenciar e incidir através de recomendações e declarações. Para Pedro Bocca (assessor da ABONG), a maior diferença entre o G20 Social e a Cúpula dos Povos é que a primeira está ligada ao evento oficial e a última é autônoma. Ao mesmo tempo, Sandra Quintela (rede Jubileu Sul Brasil) considera que as várias instâncias, oficiais e não-oficiais, tornam confuso o processo do G20 no Brasil para grande parte dos movimentos sociais.

“ A Cúpula dos Povos parte da autonomia e livre ação da sociedade civil, não faz parte da estrutura do G20. Há todo um movimento paralelo sem ingerência dos governos dos Estados, e ela nasce e continua nessa perspectiva contestatória. (...) A função da Cúpula dos Povos é questionar a existência do G20, do G7, dessa estrutura financeira que quer controlar o mundo. Não tem limitações e surge justamente na perspectiva da denúncia, da contestação – o que é legítimo e faz parte da democracia. [...] Na minha opinião, aquilo que o C20 não pode fazer (por conta deste papel diplomático), a Cúpula [dos Povos] faz. É saudável a existência dos dois espaços. Não é ambiguidade nem contradição. Ambos os espaços têm a oferecer, com suas possibilidades e limitações.

Henrique Frota, Diretor da ABONG

“ Da Cúpula dos Povos, o INESC sempre buscou participar. São atividades promovidas por organizações e movimentos sociais que tensionam o G20 porque considera-se que é melhor que o G7, mas ainda são 20 de 200 países. Avaliamos que isso enfraquece o multilateralismo, pois entendemos que a ONU é o espaço mais democrático. O G20 não tem esse mandato, então a Cúpula dos Povos é um espaço de contestação. E, mais do que isso, é um espaço de protesto contra um modelo de desenvolvimento que não está dando certo. A fome, a pobreza e as desigualdades no mundo estão aumentando.

Nathalie Beghin, membro do colegiado de gestão do INESC

“ [Algumas] organizações sempre privilegiaram essa estrutura da Cúpula dos Povos, que é uma estrutura mais alternativa – embora no caso do governo brasileiro, mesmo participando e ajudando a organizar, a REBRIP teve uma relação construtiva, embora crítica.

Adhemar Mineiro, Assessor da REBRIP

“ O conceito de sociedade civil que o G20 aplica é muito amplo (...) Se a gente puder dar uma cara nossa, melhor. [É preciso] reavaliar esse histórico e ir entendendo a possibilidade de agir, entendendo o G20 como

parte de um processo que vem acontecendo (...). O G20 é um circo que vai passar na cidade. O que vai ficar na cidade depois do que o circo for embora... é a gente que decide. Por isso é importante entender o G20 como parte do processo.

Pedro Bocca, Assessor de Incidência Internacional da ABONG

“ *O processo de construção do G20 no Brasil está muito confuso. São muitas instâncias oficiais que confundem o “lócus” da políticas desde a perspectiva da autonomia dos movimentos e organizações sociais. São muitas instancias, grupos de trabalho, trilhas, ou seja, muita demanda de participação da sociedade civil nessas instâncias governamentais. Mas, a pergunta que fica é: e a decisão, quem toma? Vamos participar para quê?*

Sandra Quintela, rede Jubileu Sul Brasil

Participação organizada no G20 Social?

Quanto ao G20 Social, ainda há pouca nitidez sobre a proposta do governo brasileiro. É a primeira vez que este espaço ocorre de maneira organizada no processo do G20, portanto, tem sido visto como uma “marca” da presidência brasileira e possivelmente pode não ser repetido em outros países. Entretanto, existem pontos positivos: uma maior conexão e diálogo direto entre todos os Grupos de Engajamento e a promoção de práticas democráticas e participativas, seguindo a tradição brasileira.

“ *O G20 Social é muito mais uma marca do que uma participação social, é um slogan. Eles estão promovendo uma Cúpula do G20 Social – é uma novidade, mas ainda não conseguimos identificar inovação além do que já existe (...) Agora, tem um aspecto positivo: estamos muito mais articulados entre os Grupos de Engajamento. O governo brasileiro tem criado espaços de diálogo de participação de todos os Grupos*

de Engajamento, mais do que nos anos anteriores. Não havia integração, era cada um por si. Esse ano, ainda há autonomia, mas existe um esforço do governo de fazer esses grupos interagirem melhor.

Henrique Frota, Diretor da ABONG

“*Na Argentina foi um evento muito massivo, marchas de mais de 40 mil pessoas (...) A cúpula dos povos é muito vinculada ao contexto local porque não temos recursos, então sempre tem um reflexo do local (...) O G20 Social surge nesse sentido de organizar as peças (...) O G20 Social tem muito a ver com a cara que o governo quer passar pro mundo, principalmente o presidente. Acho que isso tem a ver com a marca, com o legado que ele quer passar. E faz parte. Ótimo. Se isso dá espaço para a incidência, perfeito! Mas me parece que vai ser totalmente vinculado aos temas do G20 e com essas limitações.*

Pedro Bocca, Assessor de Incidência Internacional da ABONG

“*A gente até supõe que no caso do Brasil, pela tradição, o país deve buscar mais [práticas] democráticas e participativas, mas essa não é a realidade em outros países. Talvez aqui você acabe dissolvendo essa diferença entre a Cúpula dos Povos e o C20, [mas] em outros lugares nem tinha [essa] possibilidade, ou tinha muita dificuldade. Por exemplo, o W20 [Women20] na Arabia Saudita... Em suma, o protagonismo do país sede acaba sendo um complicador.*

Adhemar Mineiro, Assessor da REBRIP

Além disso, Nathalie Beghin (INESC) acrescenta que haverá um esforço por parte da Presidência Brasileira na Trilha Financeira de acolher propostas da sociedade civil global em relação ao tema da tributação global. Além de ser uma novidade, sinaliza uma abertura ao diálogo com a sociedade civil. Por sua vez, Sandra Quintela (rede Jubileu Sul Brasil) levanta o questionamento sobre “participar para que?”, afinal, “quem toma as decisões?”. Ela considera que a participação social deva ser um processo de baixo para cima, e não o inverso.

“ Isso é algo nunca antes visto na história deste bloco. A trilha financeira até agora sempre foi absolutamente fechada à sociedade e o Ministério da Fazenda do Brasil está demonstrando essa abertura, a de levar para seus pares dos outros países do bloco as propostas da sociedade civil global. Isso, se permanecer pelos próximos anos, é muito bom – isso é uma novidade!

Nathalie Beghin, membro do colegiado de gestão do INESC

“ A questão da Cúpula Social que vem da experiência do Mercosul que já tem mais de 19 anos e foi um demanda dos movimentos sociais da região. É completamente diferente da cúpula social proposta pelo G20. Nasce de cima. A questão é para que? Vamos tomar decisões? Vamos influir na agenda oficial? Vamos enfrentar os fatores geradores das desigualdades? Ou vamos dar uma cara de “social” a agenda global do capital financeiro?

Sandra Quintela, rede Jubileu Sul Brasil

Nesse sentido, redes e organizações da sociedade civil têm se engajado com o G20 a partir de uma compreensão deste como um espaço de contestação proativa. Com a finalidade de levar suas pautas, levantar questionamentos e tensionar, essas redes e organizações ecoam suas distintas vozes, dentro de fora dos espaços oficiais do G20.

“ É papel do setor social desafiar esses limites. Por exemplo, se nas recomendações falamos em direitos da população LGBT e está presente a Arábia Saudita, que não fala sobre isso... É nosso papel questionar e fazer recomendações sobre isso.

Pedro Bocca, Assessor de Incidência Internacional da ABONG

“ *Estar neste espaço [do C20] entendendo os limites dele – não achando que ele vai ser a solução dos nossos problemas, apostando muito mais no multilateralismo, – lutamos muito por acordos vinculantes. Não estamos de maneira alienada, nós participamos neste espaço de maneira crítica.*

Henrique Frota, Diretor da ABONG

“ *O G20 e suas reuniões oficiais sempre foram, historicamente, palco de grandes mobilizações. Espaço de protesto e de escancarar o poder das corporações, do FMI e Banco Mundial, denunciar o mecanismo da dívida pública como o elemento central garantidor do rentismo e do aprofundamento da financeirização de tudo. Não é a toa que a saúde entra como tema central. No capitalismo, as pandemias e endemias servem para acumular ainda mais riqueza nas mãos dos ricos. No meio da pandemia da Covid-19, os dez homens mais ricos do mundo dobraram suas fortunas, enquanto mais de 160 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza. Estima-se que 17 milhões de pessoas morreram de Covid-19 no mundo. G20 vai ser o fórum para enfrentar isso? E a ONU, enterra?*

Sandra Quintela, rede Jubileu Sul Brasil



Gênero e raça em análises sobre temas que parecem tão distantes? Sim! Porque...

Por Jéser Abílio

Porque os estudos de raça, gênero e interseccionalidades são interdisciplinares. Ou seja, atravessam diferentes áreas do conhecimento, campos de aplicação e de estudos. Podem ter foco na identidade de uma pessoa ou em questões estruturais (dinâmicas de poder derivadas de legados históricos, como a colonização ou o imperialismo). Quando marcadores sociais como raça, gênero, nacionalidade, religião, etc. são cruzados, se criam novas experiências. Por exemplo: uma mulher negra é atravessada, ao mesmo tempo, por raça e gênero – é o que chamamos de interseccionalidade. Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins e Carla Akotirene são referências neste tema.

Porque, na Política Internacional e na Política Externa Brasileira, raça e gênero têm sido mais abordados – mas em diferentes dimensões. Na Política Externa, gênero tem aparecido mais por influência dos estudos feministas, mas a questão da raça ainda precisa ser avançada. Além disso, quando aparecem, estes marcadores não refletem a interseccionalidade, sendo utilizados apenas como uma categoria isolada. Por outro lado, diversas Organizações Internacionais (OIs), como as Nações Unidas, têm se apropriado do termo “interseccionalidade” em decorrência do diálogo com organizações e intelectuais negras. Estas **hackeiam** estes termos para dentro do sistema com base em muita luta, num movimento de fora para dentro.

Porque estes temas são incorporados em pesquisas e políticas econômicas com certa dificuldade por uma pá de motivos: (i) o surgimento da disciplina de Economia Política Internacional com foco exclusivo nas questões do Norte Global; (ii) o desinteresse pelas experiências do Sul Global; (iii) a reprodução de estudos e políticas sem aprofundamento em questões sociais; (iv) burocracias que reproduzem a pedagogia do apagamento – isto é, não nomear e, portanto, não debater problemáticas sociais, como raça e gênero, na formulação de políticas; e (v) a própria estrutura do Estado – patriarcal. É aí que entra a importância dos ativistas por causas sociais: identificar estes motivos e fazer pressão contra.

Assim, sugerimos cinco medidas para abordagem efetiva destes temas em foros públicos: (i) transversalização de raça e gênero nas políticas através de uma busca ativa por implicações em diferentes níveis e áreas; (ii) educação, divulgação e informação por parte do Estado e da sociedade civil organizada; (iii) apoio e investimento em cursos de capacitação para servidores públicos nestas temáticas em todas as estruturas do governo; (iv) garantia da participação da sociedade civil nas formulações de políticas públicas, internacionais ou domésticas; (v) monitoramento e avaliação das políticas por parte do Estado e, principalmente, das organizações da sociedade civil. Estas cumprem papel importante de vigilância para não deixar que as questões sociais caduquem no debate público e no cotidiano.

FONTES CONSULTADAS

ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. *O G20 e a reforma da regulação financeira*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.anbima.com.br/data/files/42/34/8C/4D/842D7510E7FCF875262C16A8/Perspectivas_20ANBIMA_20G20_1_.pdf. Acesso em: jan. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *O grupo dos G20*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/g20>. Acesso em: jan. 2024.

BERY, Suman. The G20 Turns Ten: What's Past Is Prologue. *Policy Issue Contribution* nr. 20. Bruegel, November, 2018. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/res-rep28507>. Acesso em: jan. 2024.

BRASIL. *Criação da estrutura administrativa da presidência brasileira do G20*. Nota à Imprensa, 14/06/2023. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2023/junho/criacao-da-estrutura-administrativa-da-presidencia-brasileira-do-g20. Acesso em: jan. 2024.

BRASIL. *O Brasil no G20*. 03/11/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/agenda-financeira-e-tributaria-internacional/o-brasil-no-g-20>. Acesso em: jan. 2024.

BRASIL. *Presidência brasileira do G20*. Nota à Imprensa Nº 173, 09/05/ 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/presidencia-brasileira-do-g20. Acesso em: jan. 2024.

BRASIL. *G20 Social*. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/g20-social>. Acesso em: jan. 2024

COZENDEY, Carlos Márcio. O Papel do G20 no Combate à Crise Global: resultados e perspectivas. *Boletim de Política e Economia Internacional*. IPEA, nr. 8, Out/Dez. 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3352/8/bepi_08_Papel.pdf. Acesso em: jan. 2024.

G20. *The Group of Twenty: A History*. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/docs/g20history.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

INDIA. *G20 New Delhi Leaders' Declaration*. Dehli, 9-10 September 2023. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/66739/g20-new-delhi-leaders-declaration.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

INDIA. *G20 – Background Brief*. Disponível em: https://www.g20.in/en/docs/2022/G20_Background_Brief.pdf. Acesso em: jan. 2024.

INDIA. *Group of Twenty - G20*. Ministry of Foreign Affairs, Government of India, 2021. Disponível em: https://www.mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/G20_Brief_for_website_-_27.10__1__1_.pdf. Acesso em: jan. 2024.

IMF, WB, IADB, AfDB, ADB. Group of Twenty. *Coordination Between the International Monetary Fund and Multilateral Development Banks on Policy-Based Lending: Update on the Implementation of the G20 Principles*. G-20 Background Note, 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/g20/pdf/2018/082918.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

IMF – International Monetary Fund. Group of Twenty. *G-20 Mutual Assessment Process: from Pittsburgh to Cannes - IMF umbrella report*. 2011. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/g20/pdf/map2011/umbrella.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

IMF - International Monetary Fund. *The G-20 Mutual Assessment Process and the Role of the Fund*. Washington, December 2, 2009. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/pp/eng/2009/120209a.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

IMF - International Monetary Fund. *A guide to committees, groups, and clubs*. Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/A-Guide-to-Committees-Groups-and-Clubs>. Acesso em: jan. 2024.

IPEA – Instituto de Política Econômica Aplicada. *Reunião mobiliza instituições de pesquisa e da sociedade civil para os trabalhos do T20 Brasil*. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13914-reuniao-mobiliza-instituicoes-de-pesquisa-e-da-sociedade-civil-para-os-trabalhos-do-t20-brasil>. Acesso em: jan. 2024.

KATHURIA, Rataj; KUKREJA, Prateek (eds.). *20 years of G20: From Global Cooperation to Building Consensus*. Springer, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-13-8106-5>. Acesso em: jan. 2024.

KIRTON, John. *What is the G20?* G20 Information Centre. University of Toronto, Nov. 30 1999. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/g20whatisit.html>. Acesso em: jan. 2024.

LARIONOVA, Marina. G20: Engaging with International Organizations to Generate Growth. *International Organisations Research Journal*, 2017. Disponível em: <https://iorj.hse.ru/data/2017/09/13/1173337898/M.%20Larionova.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

ONU BRASIL. *Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda-2030-pt-br.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

OECD – Organization for Economic Cooperation and Development. *OECD and the G20* Disponível em: <https://www.oecd.org/g20/topics/framework-strong-sustainable-balanced-growth>. Acesso em: jan. 2024.

RAMALHO, Antonio Jorge. *A presidência brasileira do G20*. Friedrich Ebert Stiftung, Novembro, 2023. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/20757-20231130.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

RAY, Saon; JAIN, Samridhi; THAKUR, Vasundhara; MIGLANI, Smita. *Global Cooperation and G20: Role of Finance Track*. Springer, 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-19-7134-1>. Acesso em: jan. 2024.

RIO+20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. *Cúpula dos Povos*. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html. Acesso em: jan. 2024.

TURKEY. *International Organizations*. Disponível em: <http://g20.org.tr/about-g20/g20-members/international-organisations/index.html>. Acesso em: jan. 2024.

UNDP – OECD. United Nations Development Programme; Organization for Economic Cooperation and Development. *The G20 Contribution to the 2030 Agenda in Times of Crises*. 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-11/undp-oecd-the-g20-contribution-to-the-2030-agenda-in-times-of-crises-2019-2023-v2.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

WORLD BANK. *Annual Report 2023*. Engaging with partners on shared priorities. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/about/annual-report/engaging-with-partners>. Acesso em: jan. 2024.

ENTREVISTAS

ABÍLIO, Jéser. Raça, Gênero e Interseccionalidades na Política Internacional. Entrevista concedida a Raquel Santos. Virtual, 10 jan. 2024.

MINEIRO, Adhemar. Entrevista I. Entrevista concedida a Raquel Santos. Virtual, 9 jan. 2024.

FROTA, Henrique. Entrevista II. Entrevista concedida a Raquel Santos. Virtual, 12 jan. 2024.

BOCCA, Pedro. Entrevista III. Entrevista concedida a Raquel Santos. Virtual, 29 jan. 2024.

BEGHIN, Nathalie. Entrevista IV. Entrevista concedida a Raquel Santos. Virtual, 25 jan. 2024.

QUINTELA, Sandra. Entrevista V. Entrevista concedida a Ana Garcia. Virtual. 7 fev. 2024.



CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS BRICS

Casadas, 3º andar, Rua das Laranjeiras 307, Laranjeiras,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP 22240-004

-  BRICSPOLICYCENTER.ORG
-  @BRICSPC
-  @BRICS POLICY CENTER
-  @BRICS POLICY CENTER
-  @BRICSPOLICY
-  BRICSPOLICYCENTER1

